

CÁSSIO BENVENUTI DE CASTRO

STANDARDS DE PROVA

na perspectiva da tutela dos direitos

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Cláudia Bergamini.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Júnior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Castro, Cássio Benvenuti de.
Standards de Prova: na perspectiva da tutela dos direitos/ Cássio Benvenuti de Castro. – Londrina, PR: Thoth, 2021.

289 p.

Bibliografias: 273-289

ISBN 978-65-5959-057-5

1. Processo civil. 2. Teoria da Argumentação.
3. Provas. 4. Standards. I. Título.

CDD 341.46

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
PREFÁCIO.....	13
RESUMO.....	17
ABREVIATURAS.....	19
INTRODUÇÃO.....	23

CAPÍTULO 1

EPISTEMOLOGIA E TOMADA DE DECISÃO SOBRE AS PROVAS.....	29
1 O direito fundamental à prova em perspectiva dinâmica.....	36
2 O triste fim do livre convencimento motivado? (resgate dos critérios fugidios).....	47
3 O modelo de raciocínio probatório: verdade, inferência e probabilidade.....	65
4 O contexto probatório que aparelha a hipótese para a decisão.....	86

CAPÍTULO 2

A FUNÇÃO POLÍTICA DOS <i>STANDARDS</i> DE PROVA.....	93
1 O tipo certo de fenômeno errado.....	101
2 A classificação dogmática dos <i>standards</i> de prova.....	109
3 O ceticismo contra a dogmática dos <i>standards</i> de prova.....	119
4 O <i>standard</i> de prova como regra prática na tomada de decisão sobre a prova. Em especial: a suficiência do contexto probatório ou o grau de corroboração da hipótese.....	127

CAPÍTULO 3

A CIÊNCIA COMO <i>STANDARD</i> E O LAUDO COMO DISCURSO.....	137
1 O mito da supremacia epistêmica e semântica da perícia.....	143

2 Os criterios que estruturam o método pericial recepcionados pelo direito brasileiro	153
3 Ciência rígida e ciência humana: o exame de ADN <i>versus</i> a perícia psiquiátrica (qual racionalidade?).....	167
4 Algumas figuras da tecnologia como prova real de terceira dimensão (prova instantânea ou prova flagrante). Em especial: quando a valoração e a decisão estão imbricadas em um único ato de raciocínio	174
5 A ciência como <i>standard</i> e o laudo como discurso.....	179

CAPÍTULO 4

OS *STANDARDS* DE PROVA NA PERSPECTIVA DA TUTELA DOS DIREITOS

1 As dimensões da tutela dos direitos como estruturas que servem de parâmetros para a distribuição do risco de erro judiciário entre as partes no processo.....	189
1.1 A hierarquia axiológica móvel das hipóteses no esquema das fontes jurídicas.....	196
1.2 O interesse que se concretiza na repercussão da questão em demanda	207
1.3 A técnica instrumentalizada para a efetivação da tutela da posição jurídica	213
1.4 Segue: dificuldade probatória específica para algum tipo de caso (dinamização do SP?)	221
1.5 Em especial: direito público e(m) crise (qual princípio informador?)	232
2 Os <i>standards</i> de prova na perspectiva da tutela dos direitos	237
3 Fenômenos processuais diferenciados: tutela provisória, inesclarecibilidade e algumas medidas cautelares de caráter criminal..	247
4 Notas procedimentais sobre a aplicação dos SP.....	263

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS.....

269

273